

VII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional
Rio Grande do Sul Brasil



Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento Regional
mestrado e doutorado



TERRITÓRIOS DE APRENDIZAGEM ALIADOS À MOBILIDADE ESCOLAR. UM MODELO EFICAZ ENTRE O URBANO E O RURAL NO MUNICÍPIO DE SAPIRANGA/RS

Tiane Fernanda de Aguiar

FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara

Simone Henn

FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara

Roberto Morais

FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara

Resumo

A geografia abrange várias temáticas, entre elas a geografia dos transportes. Este trabalho busca relacionar as temáticas da Geografia como mobilidade, acessibilidade e interações espaciais com a educação formal da área rural e urbana. Tem como objetivo discutir a mobilidade dos alunos, residentes na área rural da cidade de Sapiiranga, no RS, identificando quantos alunos que dispõem do transporte público escolar, bem como mencionar o local onde efetivam sua escolaridade. O recorte espacial, área rural Norte, foi escolhido por apresentar elementos importantes, onde os atores sociais estão diretamente ligados ao ponto da discussão e onde encontramos três escolas rurais em regiões diferentes naquele território. A metodologia utilizada na pesquisa foi baseada no processo de análise empírica e documental, identificando, classificando e descrevendo cada etapa analisada. A sustentação teórica apresentada faz menção aos aspectos legais existentes nos diferentes documentos, bem como a contribuição de autores que igualmente embasam as afirmativas elencadas no decorrer do trabalho. Apresenta como resultados a efetivação do processo educacional formal dos alunos que residem na área rural Norte do município em questão.

Palavras-chave: Mobilidade; Escolas, Transporte Escolar; Interações Espaciais.

Abstract

The geography covers several topics, including geography of transport. This paper seeks to relate the themes of geography as mobility, accessibility and spacial interactions with formal education in rural and urban areas. It aims to discuss the students' mobility, residents in the rural area of the Sapiiranga city, in the RS state, identifying how many students the school has public transportation, and mention



where you actualize their schooling. The spatial area, rural area north, was chosen because it has important elements, where social actors are directly linked to the point of discussion and where we find three rural schools in different regions in that territory. The methodology used in the research was based on the empirical and documentary analysis process, identifying, classifying and describing each step analyzed. The theoretical framework presented makes reference to the existing legal aspects in different documents, as well as the contribution of authors who also underlie the statements listed in the course of work. It presents as results the realization of the formal educational process of students residing in the rural area north of the municipality in question.

Keywords: Mobility; Schools, School Transportation; Spacial interactions.

1 Introdução

A escola é um espaço onde se oportunizam vivências e experiências necessárias à viabilização do processo formal de ensino-aprendizagem, sendo de total importância haver uma estrutura organizacional que conduza ações na direção do alcance dos seus objetivos.

Tratar do assunto geografia pautado nas questões que permeiam a educação parece ser contundente. Traduz uma correlação intrínseca, na qual a educação por si só representa um território ativo de conhecimentos, enquanto a geografia denota o próprio conhecimento. Entre esses conceitos, será abordada para este ensaio, a mobilidade escolar, traçada e discutida no âmbito geograficamente dividido entre área urbana e área rural. O trabalho está alicerçado na educação formal dos alunos que residem na área rural da cidade de Sapiranga, no Estado do RS. Esses alunos iniciam sua trajetória escolar na área rural e concluem a etapa dos anos finais de escolarização no espaço urbano. Esse trajeto, vivenciado diariamente por cerca de 84 (oitenta e quatro) alunos da rede municipal de ensino de Sapiranga é tema de discussão, respaldado pelas teorias que abordam a educação, a geografia e a mobilidade.

Nesse ensaio abordaremos como recorte geográfico, a área rural Norte do



município, onde existem três escolas localizadas na mesma região geográfica, porém distantes entre si. Escolas multisseriadas, que atendem os alunos nas suas especificidades. A análise em questão está direcionada para a mobilidade dos alunos que residem nas diferentes localidades daquela região e dependem de transporte para que haja a educação formal, que lhes é direito constitucional.

Considerando a proposta dessa pesquisa baseada na mobilidade rural e urbana, além das interações sócio-educacionais, discutiremos cada assunto atrelado à dimensão espacial e educacional. O trabalho, portanto, traz como metodologia a pesquisa aliada ao conhecimento teórico e fontes bibliográficas que permeiam os assuntos em pauta.

Diante dessa proposta metodológica, traremos para o debate mapas, gráficos e planilhas que representam informações pertinentes à discussão. Iniciamos a discussão ilustrando o cenário municipal, a fim de compreender o espaço histórico/geográfico do qual estaremos tratando.

2 Formação histórica e territorial do município de Sapiranga - a compreensão do cenário em questão

A área correspondente ao município de Sapiranga, inicialmente, era ocupada por índios Kaingáng e Guarani. Descrevemos o cenário desse artigo, desvelando acerca do nome que a cidade recebe. Nome originário da fruta “araçá-pyranga”, termo indígena que significa a fruta araçá vermelha, encontrada em abundância nessa região, na época em que era habitada pelos indígenas.

A ocupação portuguesa ocorreu anteriormente a 1816, sendo que o 1º proprietário foi Innocencio Alves Pedroso, que vendeu suas terras ao capitão João Ferreira da Silva e este a Manoel José Leão. Nesta época a região chamava-se



“Padre Eterno” e pertencia à freguesia da Aldeia dos Anjos, onde Manoel José Leão instalou sua propriedade conhecida como “Fazenda Leão” (“*Leonerhof*”).

No período de 1824 a 1826, os primeiros alemães estabeleceram-se nas terras da Fazenda Leão. A partir de 1845 começam a ser vendidos os prazos coloniais na região norte e centro de Saporanga. Os colonos vindos do *Hunsrück*, aí instalados, se dedicavam à atividade agrícola de subsistência, bem como ao artesanato. Praticavam a ferraria, marcenaria, carpintaria, selaria, tamancaria, tradição que haviam trazido da Europa e graças a qual puderam suprir suas necessidades nas novas colônias. Nos primeiros anos era muito comum encontrar os colonos dedicando-se, simultaneamente, a alguma atividade artesanal e agrícola. Aos poucos, o artesanato se amplia para pequenas manufaturas onde, como na lavoura, a mão-de-obra básica era a familiar.

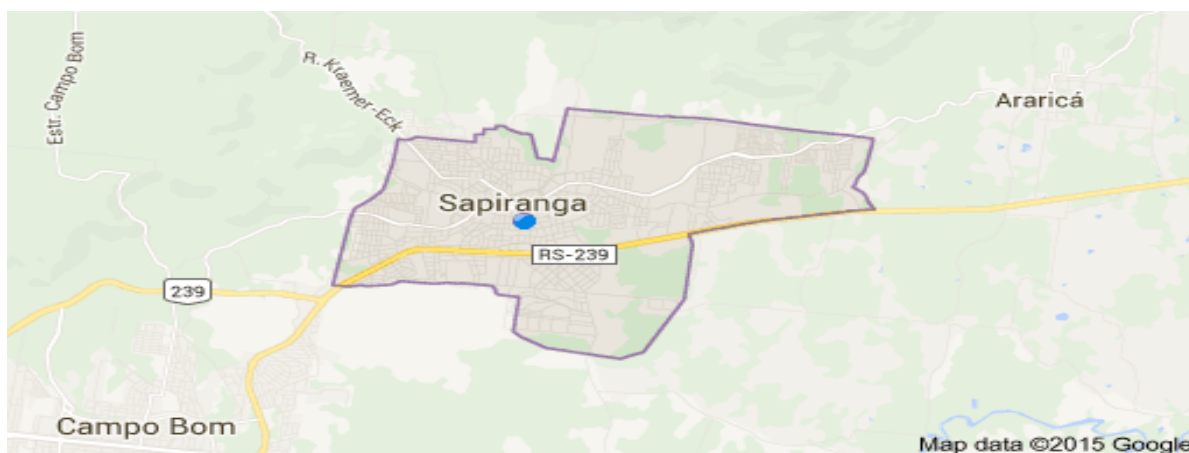
A partir de 1890, Saporanga deixa de ser parte do 4º Distrito de São Leopoldo para ser vila, sede do 5º distrito, pelo Ato Intendencial nº 154.

Em 1899, iniciou a construção da Ferrovia Novo Hamburgo-Taquara, inaugurada em 1903, ampliando os transportes que variavam de lanchões, cavalos, mulas e carretas. Dessa data em diante, Saporanga recebeu um novo impulso e, ao longo da ferrovia, se formaram os povoados de Araricá e Campo Vicente.

Em 1935 o desenvolvimento recebe impulso com a eletrificação da vila. A economia se diversifica: casas comerciais, estabelecimentos industriais, destacando-se indústrias de calçados, sombrinhas, massas, sabão, atafonas, carimbos, metalúrgicas, móveis, aguardente, vinhos, alfaiataria. O espaço urbano começa se consolidar.

Na década de 40, ocorre um desenvolvimento maior na indústria de madeira e de calçados. Em 1948 tem início o movimento emancipacionista, visando criar um novo município, desmembrando Sapiranga de São Leopoldo. Já em 1953, após uma intensa campanha tem início um plebiscito, no qual se impõe a soberana vontade popular, efetivando a emancipação. O plebiscito ocorreu em 20 de Dezembro de 1953. Através da Lei estadual n. 2.529, de 15 de Dezembro de 1954, foi criado o município de Sapiranga, ocorrendo a instalação do mesmo em 28 de Fevereiro de 1955. Atualmente o território de Sapiranga encontra-se politicamente demarcado conforme o mapa representado na figura 1

Figura1. Território de Sapiranga



Fonte [Google Maps](#) (2015)

O município de Sapiranga, composto atualmente por cerca de 80.000 habitantes (dados referente ao ano de 2015) em uma área de 137,50 Km², está localizado na Região do Vale do Sinos e na Região Metropolitana de Porto Alegre. Possui como municípios limítrofes Campo Bom, Novo Hamburgo, Araricá, Nova Hartz, Morro Reuter e Dois Irmãos. A partir dos censos populacionais, podemos analisar o quadro 1, que demonstra o crescimento no município.

Quadro 1. População do Município

ANO	POPULAÇÃO
1995	58.675
1996	65.704
2000	69.189
2007	73.979
2010	74.985

Fonte: IBGE (2015).

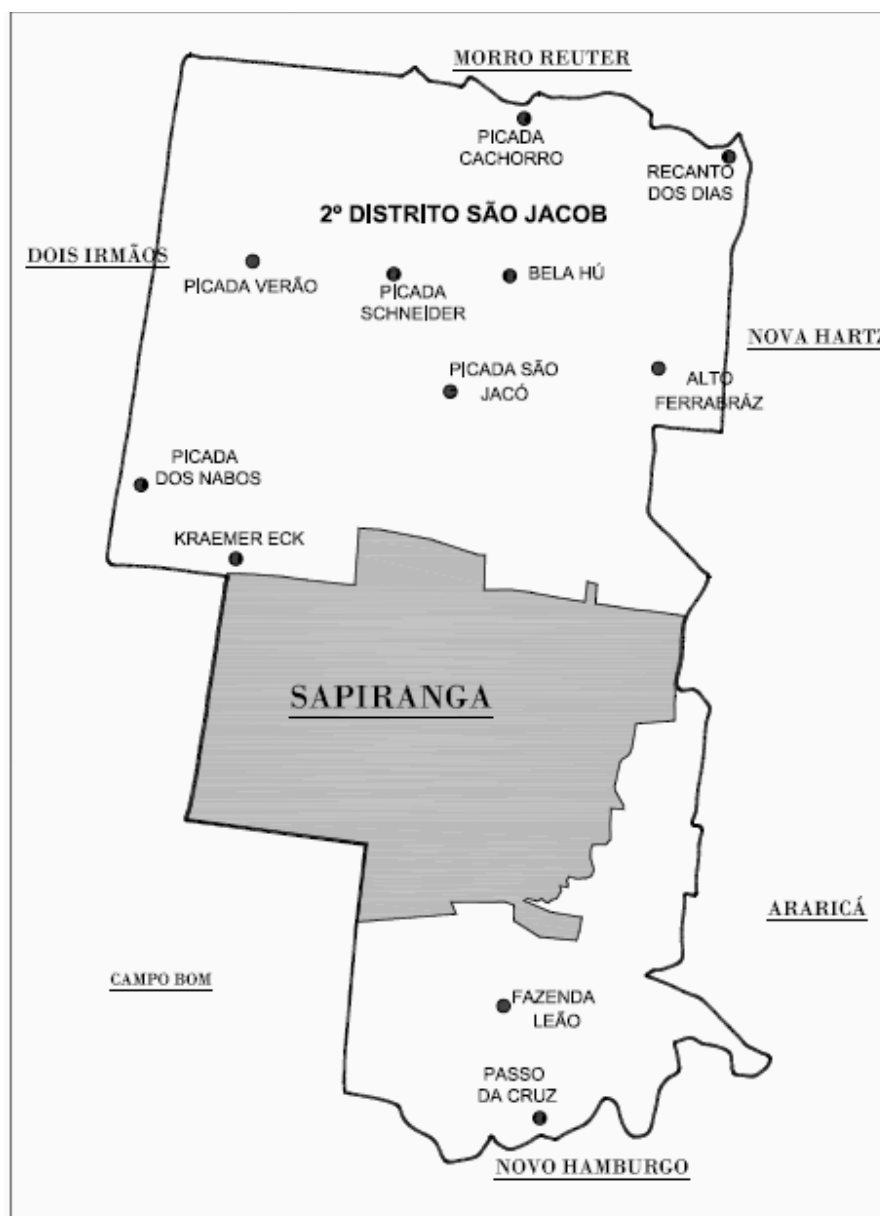
Conforme os Censos 1995, 1996, 2000, 2007 e 2010, podemos constatar que houve aumento significativo no número de habitantes do município.

Em 15 anos o total de habitantes sofreu um acréscimo de 16.310 habitantes. Esse número corresponde a uma média de 14% de crescimento populacional num período de 15 anos. Esse crescimento é percebido na área urbana do município, mantendo a área rural com suas características iniciais, exceto quanto às escolas, que continuam atendendo os anos iniciais do ensino fundamental.

Disposta na figura2, podemos observar a cidade e seus respectivos territórios que caracterizam o município, sua área urbana e as áreas rurais.



Figura 2. A cidade e os territórios



Verificamos na Figura 2, o território de Sapiiranga demarcando as áreas urbana e rural do município. De acordo com o Plano Diretor, “O Município de Sapiiranga fica dividido em Área Urbana (AU), Área Rural (AR) e Área de Interesse



Ambiental (AIA)” (Art. 89, PDDHA 2011, p.36), atribuindo-lhes as seguintes definições:

Parágrafo 2º. – Constitui com Área Rural (AR) a parcela do território que não incluída nas áreas urbanas e de proteção ambiental sendo destinada às atividades primárias, de produção de alimentos, preservação ambiental e de lazer.

Parágrafo 3º. – Constitui como Área Urbana (AU) a parte do território do Município que terá sua descrição em lei específica e que somente poderá ser alterada pela Câmara de Vereadores com votação qualificada de 2/3 dos vereadores (Art. 89, PDDHA 2011, p.36)

Conforme a citação, o município possui um Plano Diretor vigente, definindo em seu contexto a área urbana e a área rural do município. Demanda, portanto, responsabilidade pela elaboração, aprovação e aplicação da legislação que regulamenta a ocupação do território geográfico.

O município, a partir desse documento assegura a política de planejamento e gestão urbana e rural e formaliza a organização do desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade.

Exposto o cenário da pesquisa, Serão apresentadas, na sequência, as escolas que fazer parte do contexto territorial da área Norte.

3 Conhecendo as escolas rurais da região Norte de Saporanga

Existem atualmente três escolas na área rural norte do município, atendendo a demanda de 28 alunos, desde o Jardim nível B até o quinto ano do ensino fundamental. A seguir discorreremos acerca da construção e consolidação de cada uma delas.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental 25 de Julho, localizada na Rua da Igreja, 1280, Picada São Jacó foi criada em 13 de março de 1953, teve sua construção justificada pela demanda de crianças oriundas da Alemanha. O nome da escola é uma homenagem aos imigrantes que chegaram as margens do Rio do



Sinos em 25 de julho de 1824.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Lourenço Auler, situada na localidade de Picada Verão iniciou suas atividades em 11 de fevereiro de 1958. Sua construção se deu devido ao grande número de famílias instaladas na região, vindas da Alemanha. Houve um grande número de crianças necessitando de aula, por esse motivo foi construída a escola com a ajuda da comunidade. O patrono, Sr. Carlos Lourenço Auler, foi homenageado por doar o terreno para construção da mesma. Auxiliou ainda com o material de construção e prestou serviços juntamente com a comunidade para a construção e consolidação da Escola.

No ano de 1961 foi construída a Escola Municipal Balduino Wasem, justificando sua construção pela falta de estabelecimento educacional próximo às residências que se instalaram naquele território. A escola mais próxima ficava distante e de difícil acesso aos moradores. O patrono da escola, o senhor Balduino Wasem, foi quem doou o terreno e colaborou para a construção da mesma.

Atualmente essas escolas atendem os alunos dos anos iniciais, residentes naquela área rural. Quanto aos anos finais, os alunos são transportados para as escolas da área urbana. A locomoção acontece através dos ônibus disponibilizados pela prefeitura do município, através da Secretaria Municipal de Educação. Acerca dessa mobilidade, discutiremos a seguir.

4 Discutindo o conceito de mobilidade, interações espaciais e acesso à educação sob a análise dos diferentes territórios de aprendizagem

A mobilidade urbana é um conceito discutido por diversos autores e instituições, possui portanto, variadas definições. Neste trabalho buscamos abordar essa temática partindo do pressuposto da mobilidade entendida como o deslocamento de pessoas, bens e serviços com as interações espaciais, definida



como:

[...] parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço (Lobato, 2010, p. 280).

Conforme o excerto, entendendo a mobilidade como parte processo de transformação social, tencionamos abordar o assunto do ponto de vista educacional, analisando o número de alunos que utilizam o transporte escolar para deslocarem-se em busca do conhecimento formal. Esse deslocamento ocorre da área rural para a área urbana do município de Sapiranga, bem como dentro do espaço territorial rural. Essa atividade, embasada pela legislação, tem como principal objetivo atender a demanda referente ao transporte rural e urbano, distante a dois quilômetros ou mais da residência do aluno até a escola matriculada, espaço no qual não haja linha regular de transporte público.

A legislação assegura a dinâmica de efetivação da educação igualitária, afirmando que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...] (LDB 9394, 20 dezembro de 1996).

A respectiva lei garante a igualdade de acesso à educação para todos os sujeitos em idade escolar, garantindo a igualdade de direitos. Nessa perspectiva, os alunos residentes na área rural do município necessitam de um diferencial no seu atendimento escolar. Por se tratar de um grande território geográfico, as moradias ficam distantes umas das outras, necessitando assim o transporte escolar diariamente.

Ainda orientações previstas na legislação com relação ao transporte escolar dos alunos, citamos:



Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, no âmbito do Ministério da Educação, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei. (Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004)

Conforme exposto na lei, fica evidente que cada aluno possui o direito à educação, cabendo ao poder público disponibilizar o acesso à educação.

Transportar os alunos trata-se, portanto, de uma atitude humanitária, legalizada e necessária nos diferentes territórios e regiões existentes no município. Diante dessa premissa, podemos analisar a educação na perspectiva das interações sociais, abordando a mobilidade como fator decisivo de ligação entre os diferentes territórios de aprendizagem.

Analisando a educação do ponto de vista territorial, interpretando a escola como território de aprendizagem, apontamos as diferentes possibilidades de entendimento do ato de educar quando estabelecemos a troca entre as vivências do campo e da área urbana. Cada uma com suas especificidades.

Frente às questões que envolvem a escolarização nas áreas do campo, há a preocupação com o ensino que se adapte às características do meio rural, manifestada no artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9394/96), conforme segue:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB 9394, 1996)



Dialogar sobre a educação rural, suas políticas, sobretudo suas possibilidades, nos levam a analisar esse território específico do saber e do construir. Compreender a educação no campo como atividade única, indispensável e passível de ajustes, permite reconhecer esse espaço geográfico/cultural de forma respeitosa.

Frente a essa afirmativa o território rural passa a ser mais do que um perímetro não urbano, passa a ser um campo de possibilidades que dinamiza a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. As peculiaridades postas para a educação rural muito tem a contribuir nas relações sócio culturais entre os sujeitos que vivenciam a prática rural e os que experimentam apenas a vida urbana.

Analisando o território como resultado das relações entre os atores sociais, políticos e econômicos que interferem no espaço geográfico, trazemos as contribuições de Crespo (2010):

O conceito de território, devido à sua flexibilidade e ao seu caráter multidimensional e multiescalar, representa uma ferramenta perfeitamente apropriada nos dias de hoje. Ele pode ser utilizado tanto para analisar produções econômicas ou políticas do espaço (na sua perspectiva material), como também outras formas de relacionamento do homem com seu meio, tais como a religiosidade, a cultura ou as manifestações étnicas (na sua perspectiva idealista). O território, entendido como um espaço socialmente apropriado, pode ser aplicado tanto em estudos sobre formas de apropriação local do espaço, quanto regional, nacional, ou supranacional, o que não o submete a limitações impostas pelas escalas geográficas (Crespo, 2010, p.6).

Partindo das considerações do autor, podemos analisar a educação como território de aprendizagens quando a interpretamos numa dimensão de relação entre os indivíduos. Dessa forma, as vivências oportunizadas pelas trocas entre os alunos da área rural e urbana no âmbito escolar estão repletas de historicidade e



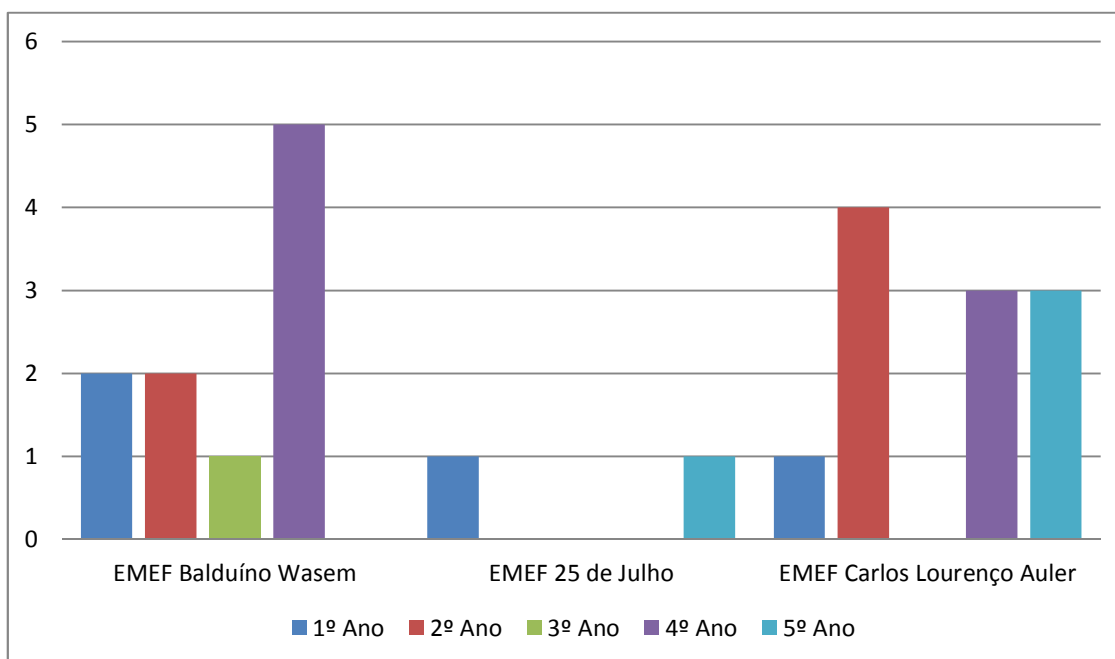
territorialidade. Conhecer os aspectos culturais de cada grupo possibilita a compreensão e por consequência a transformação social de cada sujeito. Partindo dessa ideia, o município de Sapiranga, além de fazer valer a legislação vigente, atende os alunos da área rural de forma a estabelecer as relações espaciais e sociais entre os grupos, relações que se enriquecem e se estreitam na composição de sujeitos e grupos sociais em crescimento.

5 O modelo efetivado no município de Sapiranga: análise dos resultados

Sapiranga atende atualmente em média 8800 alunos do ensino fundamental. Desses, uma parcela menor reside na área rural do município. Essa demanda necessita de um atendimento especial no que tange ao acesso à escola. Dentro dessa perspectiva, o município de Sapiranga disponibiliza transporte público gratuito aos alunos em idade escolar, desde os anos iniciais até o ensino médio. Traremos a seguir uma leitura acerca dos alunos que residem na área rural, bem como com relação ao transporte utilizados pelos mesmos, nas diferentes etapas da escolaridade.

Podemos analisar o transporte escolar destinado aos alunos da área rural para as escolas existentes na mesma área, a partir do gráfico da figura 3, conforme segue:

Figura 3. Alunos matriculados nas Escolas da zona rural Norte de Sapiranga

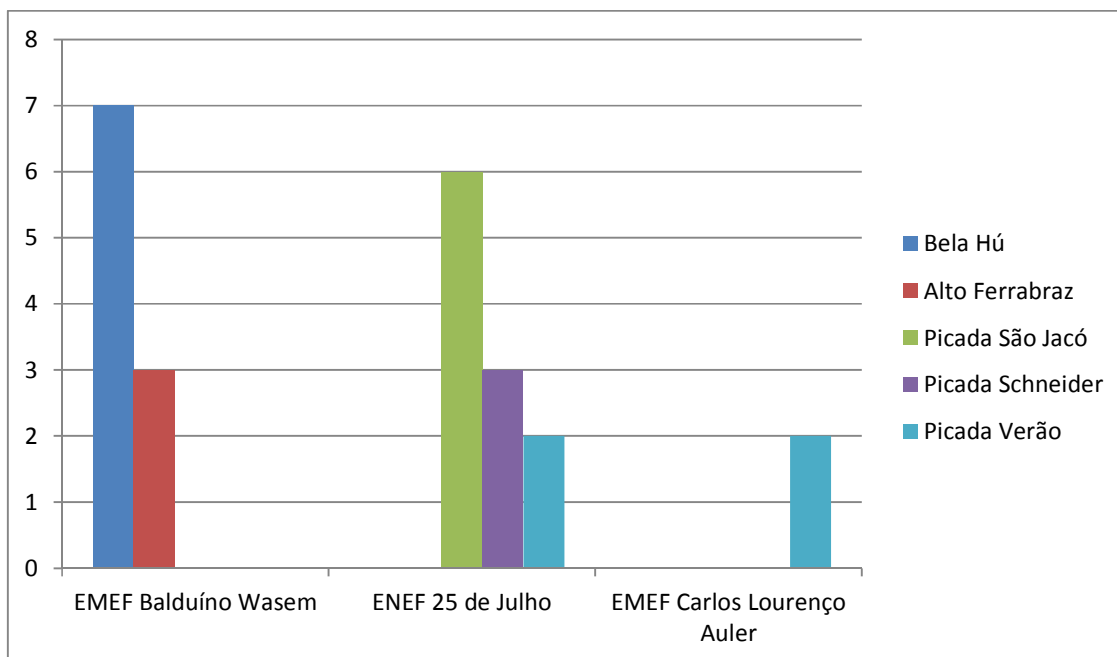


Fonte: Boletim Estatístico das Escolas(2015).

Conforme podemos analisar no gráfico exposto, temos um total de 4 alunos matriculados no 1º ano do ensino fundamental, 6 alunos no 2º ano, 1 aluno no 3º ano, 8 alunos no 4º ano e 4 alunos no 5º ano. Isso indica que pelo menos 4 alunos estarão deixando as escolas no próximo ano letivo, para concluir seus estudos na área urbana do município,

Na figura 4, gráfico seguinte, poderemos avaliar os diferentes locais por onde o transporte circula, buscando cada um dos alunos na sua respectiva residência.

Figura 4. Localidades de residência dos alunos

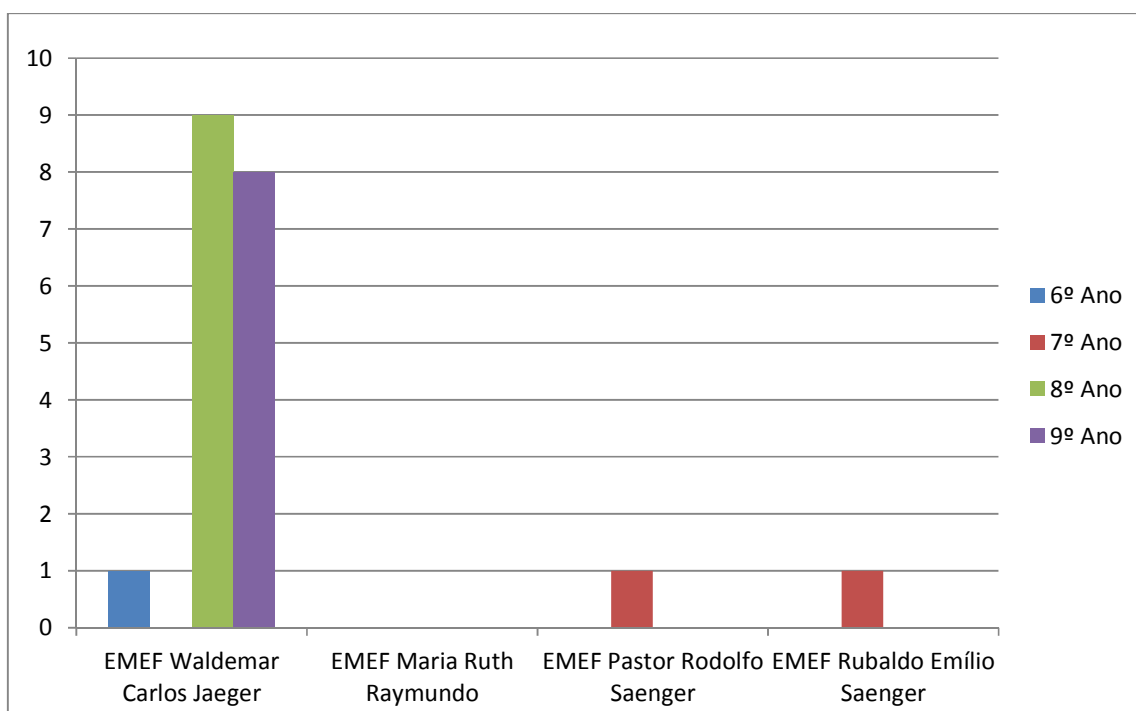


Fonte: Proposta Pedagógica das Escolas.

O gráfico revela a quantidade de alunos moradores nas diferentes localidades da área rural Norte de Sapiranga. A Secretaria Municipal de Educação disponibiliza dois transportes para percorrer dois trajetos distintos na área rural. A medida que o ônibus recolhe os alunos que ficarão nas escolas da área rural, são também recolhidos alunos que irão para as escolas da área urbana do município.

A figura 5 nos mostra a quantidade de alunos, moradores de diferentes localidades da área rural Norte que frequentam escolas na área urbana de Sapiranga.

Figura 5. Alunos residentes na área rural, matriculados na área urbana



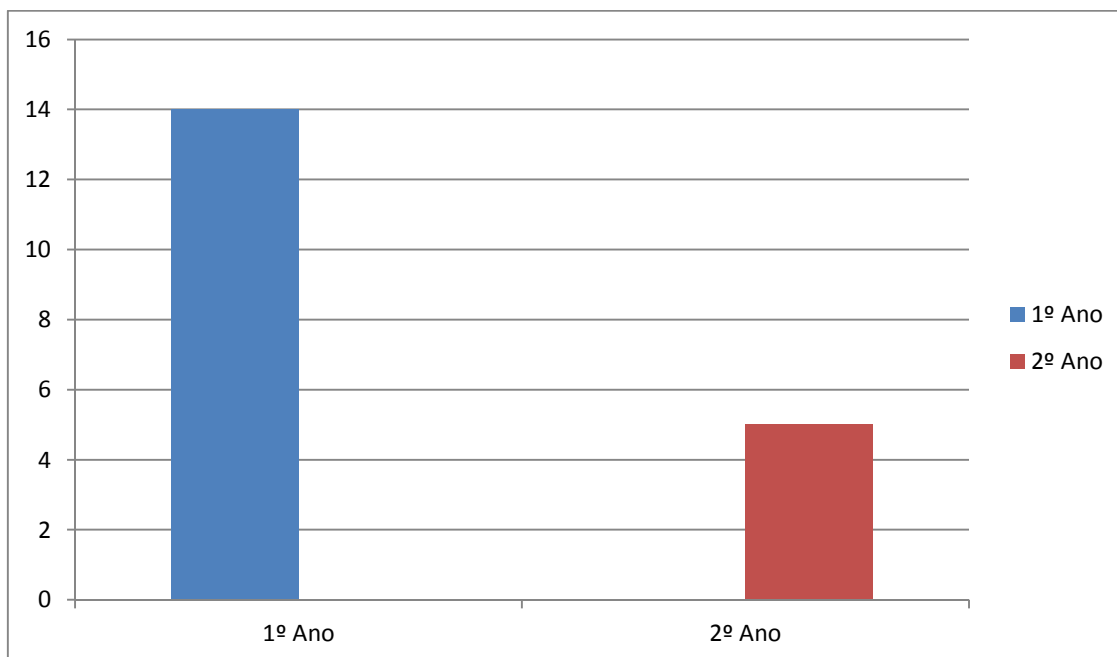
Fonte: Setor Transportes Secretaria Municipal de Saporanga.

De acordo com o gráfico, um total de 40 alunos do ensino fundamental são transportados diariamente da área rural para a área urbana de Saporanga.

Constatamos ainda que, além dos alunos dos anos finais do ensino fundamental, há ainda o transporte de dois alunos que frequentam a APAE, os quais não estão computados no gráfico acima, pois a Instituição possui uma organização diferente com relação a idade/ano dos alunos.

Com relação ao ensino médio, os alunos são transportados até o Instituto Estadual de Ensino Saporanga – IEES, escola da Rede Estadual de Educação que possui a modalidade do ensino médio. Conforme o gráfico abaixo, podemos observar a quantidade de alunos transportados para essa instituição.

Figura 6. Alunos da área rural estudantes no Ensino Médio



Fonte: Setor de Transporte. Secretaria Municipal de Educação.

Conforme o gráfico na figura 6, concluímos que 19 alunos utilizam o transporte escolar público municipal para continuar seus estudos na área urbana, na modalidade ensino médio. A mobilidade possibilitada a esses alunos permite que possam seguir seus estudos, sem que haja prejuízo ou impossibilidade de aperfeiçoamento e conclusão dos mesmos.

Considerações Finais

A intencionalidade de realizar pesquisas abordando diferentes aspectos na área rural dos municípios se faz necessária, a fim de que haja a compreensão das questões pontuais contemporâneas que norteiam esses espaços. A atualidade posta infere ao resgate da vida rural e abre muitas possibilidades.



No que tange a educação, há que se analisar de forma objetiva, pois a historicidade dos locais narram e afirmam suas conquistas sociais. A escola, por sua vez, trata dessa conquista, quando reforça a imigração e consolidação do espaço pelos atores envolvidos nessa construção.

A pesquisa que se apresenta efetua a análise que perpassa pelos núcleos familiares, sua história, suas ansiedades e expectativas, nas diversas etapas de escolaridade nas quais os alunos se encontram. Dentro dessa perspectiva o objetivo aqui posto traz a mobilidade escolar como ponto de discussão. Evidencia a área rural como territórios distantes e pontua a escola como território de aprendizagem. Traduz a experiência dos alunos entre o rural e o urbano, caracterizando a globalidade e a diversidade como fatores de interação social.

A mobilidade e dinamismo entre os alunos que vivenciam experiências distintas nas suas localidades de origem, sobretudo únicas, traduz a realidade do município de Sapiranga na esfera educacional rural/urbana/. Manter esses alunos no ensino formal é fundamental para que se possa pensar e repensar o desenvolvimento dos espaços habitados por eles. Tanto a área urbana quanto a área rural necessitam de sujeitos ativos e pró-ativos, na tentativa de manter as distintas comunidades, primando pelo desenvolvimento social de todo um espaço geográfico posto. Quanto a mobilidade, faz-se necessário assegurar essa dinâmica, caso contrário, corre-se o risco de extinguir as escolas ou ainda, excluir os alunos do ensino formal, o que certamente não é o desejo da sociedade como um todo. Garantir o acesso e a permanência dos alunos aos bancos escolares, de forma a caracterizar educação com qualidade, é primordial para uma sociedade em desenvolvimento contínuo.



REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em maio 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 16/4/2015.

CALDART, Rosely S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. São Paulo: Expressão Popular. 2004.

CORREA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.

CRESPO, Matheus Pepe. III Encontro de Geografia; IV Semana de Ciências Humanas. A Geografia e suas Vertentes: Reflexões. **Um estudo sobre o conceito de território na análise geográfica** 2010. Rio de Janeiro. Anais ISSN 21793263.

EMEF Balduíno Wasem. **Proposta Político Pedagógica**. Saporanga, 2015, 52p.

EMEF Carlos Lourenço Auler. **Proposta Político Pedagógica**. Saporanga, 2015, 57p.

EMEF 25 de Julho. **Proposta Político Pedagógica**. Saporanga, 2015, 48p.

PDDHA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Humano e Ambiental do Município de Saporanga**. Prefeitura Municipal de Saporanga. 2011.